3.
A Linguística Sistêmico-Funcional

> "No instante em que é tomada uma nova decisão, entra em movimento uma nova causa, efeito, direção e destinação para a sua vida. Literalmente, você começa a mudar sua existência no momento em que toma uma nova decisão."
>
> (Anthony Robbins)

Nesta seção, será discutido o aporte teórico em que se assenta a pesquisa proposta. Serão considerados os pressupostos da LSF (Halliday, 1994; Halliday & Matthiessen, 2004), teoria que norteia a visão de linguagem do estudo, e suas Metafunções da linguagem. Será abordado também o Sistema de Avaliatividade (Martin, 2001; Martin & White, 2005, Vian Jr., 2009), perspectiva advinda da LSF e que será utilizada na análise proposta neste estudo.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1112749/CA

3.1.
Princípios gerais

A LSF é uma teoria que concebe a linguagem como uma rede de possibilidades na qual os usuários fazem escolhas para veicular significados determinados em contextos específicos. Todas as atividades humanas são mediadas pela linguagem, o que requer de seus usuários uma grande experiência no que se refere ao reconhecimento, diferenciação e classificação dessas escolhas em situações diversas. De forma empírica, todos somos capazes de identificar usos apropriados ou inapropriados da língua, de modo que, em um momento ou outro da nossa atuação enquanto agentes sociais e autores[4], adotamos uma visão funcional da linguagem.

A LSF desenvolveu-se intensamente nos anos 1980 e o seu principal fundador foi o linguista britânico Michael Alexander Kirkwood Halliday. Trata-se de uma teoria sociossemiótica que estuda a linguagem em todas as formas nas quais se apresenta. Halliday (1989) expande o conceito de semiótica desenvolvido por Saussure (1949) para além do estudo dos signos. Embora reconheça a visão de

[4] Utilizo a palavra "autores" ao longo deste trabalho para fazer referência a escritores e falantes já que corroboro a visão de Halliday (1994), quando afirma que a LSF configura-se como uma teoria cujo propósito é a análise de textos, sejam eles escritos ou falados.

língua proposta por Saussure (1949) como uma série de relações, para Halliday, essa perspectiva de semiótica é limitada no que se refere ao conceito de signo linguístico que ainda é visto como uma entidade isolada. Para o autor, a semiótica configura-se em um estudo dos sistemas de signos ou, de maneira mais ampla, dos sistemas de significados, dentre os quais a linguagem é o mais importante e abrangente na cultura humana.

A teoria em questão é também social, pois surge de modo a propor uma nova abordagem ao estudo da língua, pautada, principalmente, na ideia de que essa última existe para satisfazer as necessidades de comunicação de seus usuários. Para Halliday (1976), a descrição de uma língua não deve estar baseada somente no conhecimento das estruturas linguísticas, e sim no uso que dela fazemos para desempenhar funções determinadas na vida social. O autor explica que o significado das mensagens é o elemento que determina sua forma, e não o contrário como indicam abordagens puramente estruturais de estudo linguístico.

Essas abordagens, chamadas também de formais, têm orientação sintagmática e tomam a gramática (ou sintaxe) como base arbitrária da língua desconectada de suas funções na vida social. Se o uso, nesse caso, não é considerado, pode-se indicar que existe uma tendência a considerar a língua como fenômeno individual a ser explicado, em última análise, através da psicologia ou da biologia.

A LSF distancia-se dessa visão na medida em que foca no eixo paradigmático da língua, interpretando-a como uma rede de escolhas organizada em torno do texto e do discurso e cuja realização é a estrutura. Dizer que a LSF concentra-se no eixo paradigmático significa entender a característica da língua enquanto potencial de significados que estão ali à espera de serem trazidos à existência graças às escolhas dos usuários. Compreendemos como a língua funciona em uso analisando o que o autor produziu em relação ao que ele poderia ter produzido e não o fez, já que a cada escolha feita dentro desse eixo paradigmático, outras opções são deixadas de lado (Gouveia, 2009).

Sendo uma teoria que se fundamenta na semântica, a LSF entende a linguagem como um fenômeno social e não individual, já que a gramática modela e é modelada pela forma como as pessoas interagem na vida social e criam sentidos para ela. Essa orientação de linguagem inclina-se fundamentalmente para o “aplicado ao invés do puro, o retórico ao invés do lógico, o real ao invés do

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1112749/CA

ideal, o funcional ao invés do formal, o texto ao invés da sentença" (Halliday, 1994, p. xxvii)[5].

Portanto, dentro de uma visão funcional de linguagem, as formas adotadas pelos sistemas linguísticos são determinadas pelas funções sociais que a língua precisa desempenhar, isto é, a natureza da estrutura depende do uso que se faz da linguagem em uma situação comunicativa. Estudos nessa área tendem a interpretar as estruturas com referência ao seu uso, já que a forma é naturalmente relacionada ao significado.

Tais estudos interessam-se por quais os tipos de significado que os usuários da língua precisam expressar ao se engajarem em interações sociais e, sobretudo, em quais são as opções linguísticas disponíveis para cada um desses significados (Thompson, 1996). Sendo assim, a LSF configura-se em uma teoria social que se baseia no uso e busca entender onde, como e porque acontece a comunicação entre os homens, suas relações e sua ligação com a comunidade (Barbara & Macedo, 2009).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1112749/CA

3.1.1. Texto e contexto

A fim de entender como as pessoas utilizam a língua para agir na vida social e expressar significados, os estudos em LSF fazem uso do texto como unidade de análise. Está retratada aqui a visão de texto como qualquer manifestação de comunicação humana, "desde um gesto, uma palavra a todo um discurso" (Barbara & Macedo, 2009, p. 90)[6]. A referência ao texto para estudos linguísticos torna-se coerente com os fundamentos teóricos da área em questão na medida em que esse se configura em uma amostra de linguagem em uso, concreta, funcionando em um determinado contexto, cuja análise pode focar, sobretudo, no sentido e não apenas na forma.

Mais especificamente, pode-se dizer que o texto é uma unidade semântica realizada através do que Halliday (1994) chama de fraseado, isto é, a concretização das escolhas do falante. Como a LSF é uma teoria

[5] Todas as traduções foram realizadas por mim de forma livre.
[6] A imagem também pode ser incluída como forma de comunicação humana e, portanto, como texto. Para uma teoria de análise de imagens baseada na perspectiva da LSF, confira Kress & Van Leeuwen (1996).

fundamentalmente de base paradigmática, os fraseados configuram-se na materialização do significado, no que de fato foi dito dentre as várias possibilidades de realização que o sistema oferece. A gramática é uma teoria dos fraseados através da qual os textos devem ser explicados.

Halliday (1994) indica que, por muito tempo, linguistas focaram apenas no sistema, pois acreditavam que uma vez que o texto pudesse servir de evidência para a forma, ele poderia ser dispensado. Como toda corrente de pensamento costuma ser contestada a fim de que outra visão seja estabelecida, essa centralidade do sistema cedeu espaço para a completa ênfase no texto a despeito da forma.

A LSF, por outro lado, alicerça-se no sistema + texto de forma complementar e interdependente em suas descrições e análises. Essa tendência, iniciada singularmente pela Escola de Praga, preconiza que um não pode ser entendido sem o outro uma vez que "qualquer pessoa que entenda o texto, o faz porque conhece o sistema" (Halliday, 1994, p. xxii). Assim sendo, a análise do discurso deve estar baseada em um estudo sistemático da língua e a única forma de se fazer isso é utilizar como objeto de estudo aquilo que os usuários da língua de fato dizem e escrevem, ou seja, o texto. Por isso, "uma análise do discurso que não está baseada na gramática, não é uma análise e sim um simples comentário de um texto" (Halliday, 1994, p. xvi).

Nesse caso, cumpre ressaltar, está implícita uma visão de texto como processo[7] onde o estudo do sistema favorece esse olhar, já que, a partir da análise da forma, é possível acessar aspectos específicos do processo de escrita ou fala. Desta maneira, o texto é um processo continuo de escolhas semânticas em constante movimento dentro das possibilidades disponíveis. Uma outra perspectiva trata do texto enquanto produto, isto é, algo acabado datado de construções que podem ser representadas sistematicamente (Halliday & Hasan, 1989).

A LSF oportuniza, então, uma descrição linguística baseada no uso que se encontra materializado nos textos. Embora exista uma preferência pelos textos escritos em análises linguísticas, esse aparato teórico é adequado para qualquer tipo de texto, pois acredita-se que os textos orais podem revelar de forma mais

[7] Halliday & Hasan (1989) utilizam essa noção, pois o texto é um processo contínuo de escolhas semânticas em constante movimento dentro das possibilidades de sentidos disponíveis.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1112749/CA

consistente o potencial do sistema, haja vista sua natureza fluida com um rico padrão semântico e gramatical. Sendo assim, para uma visão mais completa do sistema, todos os tipos de textos são passíveis de análise via LSF, já que esses são o resultado das escolhas que os usuários da língua realizam para expressar sentidos determinados. A fim de sistematizar os assuntos tratados até o momento, o esquema abaixo representa as duas óticas sob as quais podemos enxergar a linguagem:

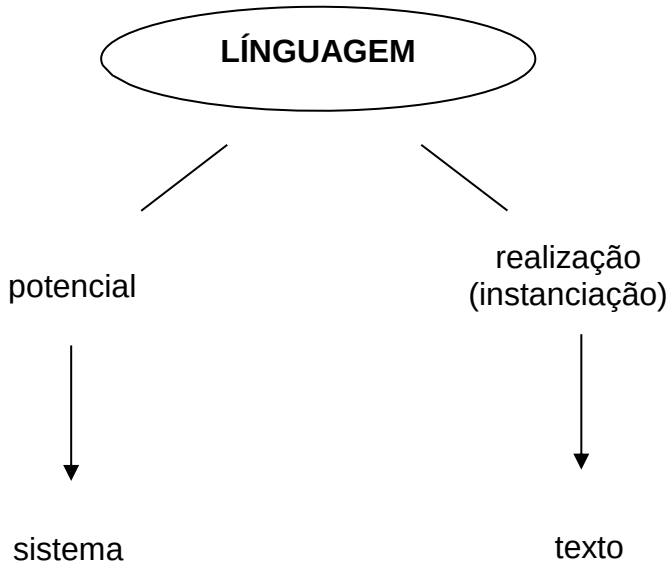

Figura 3.1: linguagem articulada em diferentes perspectivas

Na figura acima, vemos a linguagem como dotada de potencial de significados configurando-se, assim, em um sistema onde os usuários selecionam as opções que mais lhe convém para construir os sentidos desejados. Sob uma ótica diferente e complementar, temos a linguagem realizando as escolhas dos usuários, isto é, instanciando o sistema através de textos (Gouveia, 2009).

Como vimos, o significado determina a forma e "conforme as necessidades dos falantes em contextos específicos, são as escolhas no que tange às formas que expressam os significados desejados" (Barbara& Macedo, 2009, p. 91). Deste modo, a função geral da língua é semântica e deve ser estudada em contexto já que este pode determinar os significados ali trocados e a linguagem utilizada para tal (Chapelle, 1998). Texto e contexto são aspectos do mesmo

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1112749/CA

processo uma vez que o contexto significa um outro texto que acompanha o texto principal, incluindo acontecimentos não verbais e o ambiente geral no qual se desenrola de modo a estabelecer uma ponte entre o texto e a situação em que ele ocorre (Halliday & Hasan, 1989).

A noção de contexto tal como conhecemos hoje[8]na perspectiva da LSF surgiu com a experiência de Malinowski (1923 *apud* Halliday & Hasan, 1989) nas Ilhas Trobirand no Sul do Pacífico. Ao tentar relatar suas impressões sobre a cultura local, o antropólogo teve grande dificuldade em fazer traduções claras e coerentes para o leitor de língua inglesa, tanto no que se refere à situação imediata das interações retratadas quanto ao conhecimento cultural necessário para que tais interações fossem compreendidas.

A fim de tornar seus textos inteligíveis para seu público alvo, Malinowski elaborava comentários acerca do ambiente do texto bem como do pano de fundo cultural, espaços que ele chamou de contexto de situação e contexto de cultura, respectivamente, estando o primeiro inserido no segundo. Malinowski estabeleceu, então, as bases sobre as quais outras teorias acerca dos dois tipos de contexto[9] indicados puderam se desenvolver. Entre elas está a descrição de Firth (1935), linguista que desenvolveu a noção de contexto em uma teoria mais ampla que fosse capaz de dar conta do estudo de textos em geral. Firth (1935) considerou os participantes, suas ações, os efeitos da ação verbal e outras características relevantes da situação para estabelecer um quadro teórico que orienta a forma como Halliday passou a tratar essas noções dentro da LSF.

O contexto de situação é o lugar mais imediato onde o texto se desenvolve, nas palavras de Halliday & Hasan (1989) "o ambiente do texto". Pode-se incluir nesse tipo de contexto todos os elementos que estão relacionados ao texto no momento de sua realização, tais como o cenário formado pelo lugar e pelos objetos, as pessoas presentes e seu tipo de comportamento, as palavras e termos

[8] Antes da descrição de contexto proposta por Malinowski (1923), o termo em inglês *con-text* indicava apenas a dimensão física dessa noção, ou seja, as palavras e sentenças vizinhas à sentença sendo analisada (Halliday & Hasan, 1989).

[9] Cumpre ressaltar que, estando seus estudos pautados na experiência com uma cultura não civilizada, inicialmente, Malinowski acreditava que a explicitação dos contextos seria necessária apenas quando estivesse em questão uma cultura primitiva. Mais tarde, o autor admitiu que essa foi uma ideia equivocada, já que as atividades nas quais as pessoas de uma comunidade se engajam diferem de um lugar para o outro e de um momento histórico para o outro, independentemente de seu estágio de desenvolvimento, de modo que todas as línguas devem ser entendidas dentro de seus contextos (Halliday & Hasan, 1989).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1112749/CA

utilizados. É exatamente graças a esses elementos formadores do contexto de situação que os usuários conseguem prever quais os significados que serão ou que podem ser trocados em determinado evento comunicativo, viabilizando, assim, o sucesso da comunicação humana. O contexto de situação denota o registro e possui três dimensões que orientam o uso da língua chamadas de variáveis ou elementos do contexto, a saber: campo, relações e modo.

O campo refere-se "à codificação da experiência, àquilo de que se fala, ao assunto do texto" (Gouveia, 2009, p. 27). O campo envolve o foco das ações verbais ou não verbais que estão sendo executadas bem como seus objetivos. O elemento relações diz respeito às relações pessoais envolvidas e a quem são os participantes do texto (Halliday & Hasan, 1989). Para Barbara e Macedo (2009, p. 92), essa variável está relacionada "aos papéis desempenhados e às relações interpessoais presentes no discurso". A noção de papéis refere-se tanto às posições que as pessoas tomam na interação quanto ao conjunto de relações sociais em que estão envolvidos. O modo refere-se também a que papel a linguagem esta desempenhando na interação e ao que os participantes esperam que ela faça por eles (Halliday & Hasan, 1989). Pode-se dizer também que é a "variável configuradora do modo como a linguagem funciona na interação verbal particular, se é escrita ou falada, se é argumentativa, descritiva, etc." (Gouveia, 2009, p. 27).

Em se tratando do contexto de cultura, podemos dizer que esse corresponde ao conjunto de procedimentos que as culturas institucionalizam como uma forma de atingir seus objetivos (Eggins, 2004). O contexto de cultura refere-se às várias formas de polidez, rituais, etc. em diferentes culturas que modelam os significados (Butt et. al., 1998). Como se pode perceber, não se trata apenas dos elementos mais imediatos que envolvem o evento comunicativo, mas "todo o histórico cultural por trás dos participantes e das práticas nas quais eles se engajam, determinando significados práticos ou rituais para aquela cultura" (Halliday & Hasan, 1989). Esse aparato configura-se em um potencial de significados criados por/em determinada cultura (Martin, 1997) que está por trás de todas as formas de interações e trocas linguísticas e fornecem pistas para que identifiquemos os sentidos que podem ser construídos em uma cultura.

Como mencionado anteriormente, pode-se traçar um paralelo entre os dois tipos de contexto com os construtos "registro" e "gênero". O registro é a forma como usamos estruturas linguísticas apropriadas a certos tipos de contexto, de

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1112749/CA

modo que textos que possuem uma configuração linguística em comum são ditos pertencer ao mesmo registro e, portanto, possuir um mesmo contexto de situação. O gênero, por sua vez, representa não somente essa relação entre sistema e contexto, como também o objetivo social e comunicativo o qual as pessoas desejam atingir quando fazem coisas por meio da linguagem, o que está relacionado ao contexto de cultura.

Os dois desdobramentos contextuais apresentados acima são conceitos importantes para a teoria aqui discutida, pois determinam a estratificação do sistema em níveis: linguístico e extralinguístico. Tanto o contexto de situação quanto o contexto de cultura representam o nível extralinguístico, ainda não materializado em forma de linguagem. A partir desses dois espaços, o significado, embora ainda não expresso concretamente, por assim dizer, constrói-se linguisticamente no nível linguístico no plano do conteúdo e é realizado por meio da lexicogramática, isto é, um sistema de fraseados composto pela sintaxe, pelo léxico e pela morfologia. A lexicogramática, por sua vez, realiza-se, já no plano da expressão, por meio da fonologia, de gestos ou da grafologia, dependendo do tipo de texto sendo produzido. A figura a seguir, adaptada de Butt et. al. (1998), busca esquematizar a estratificação dos níveis em que o sistema se organiza.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1112749/CA

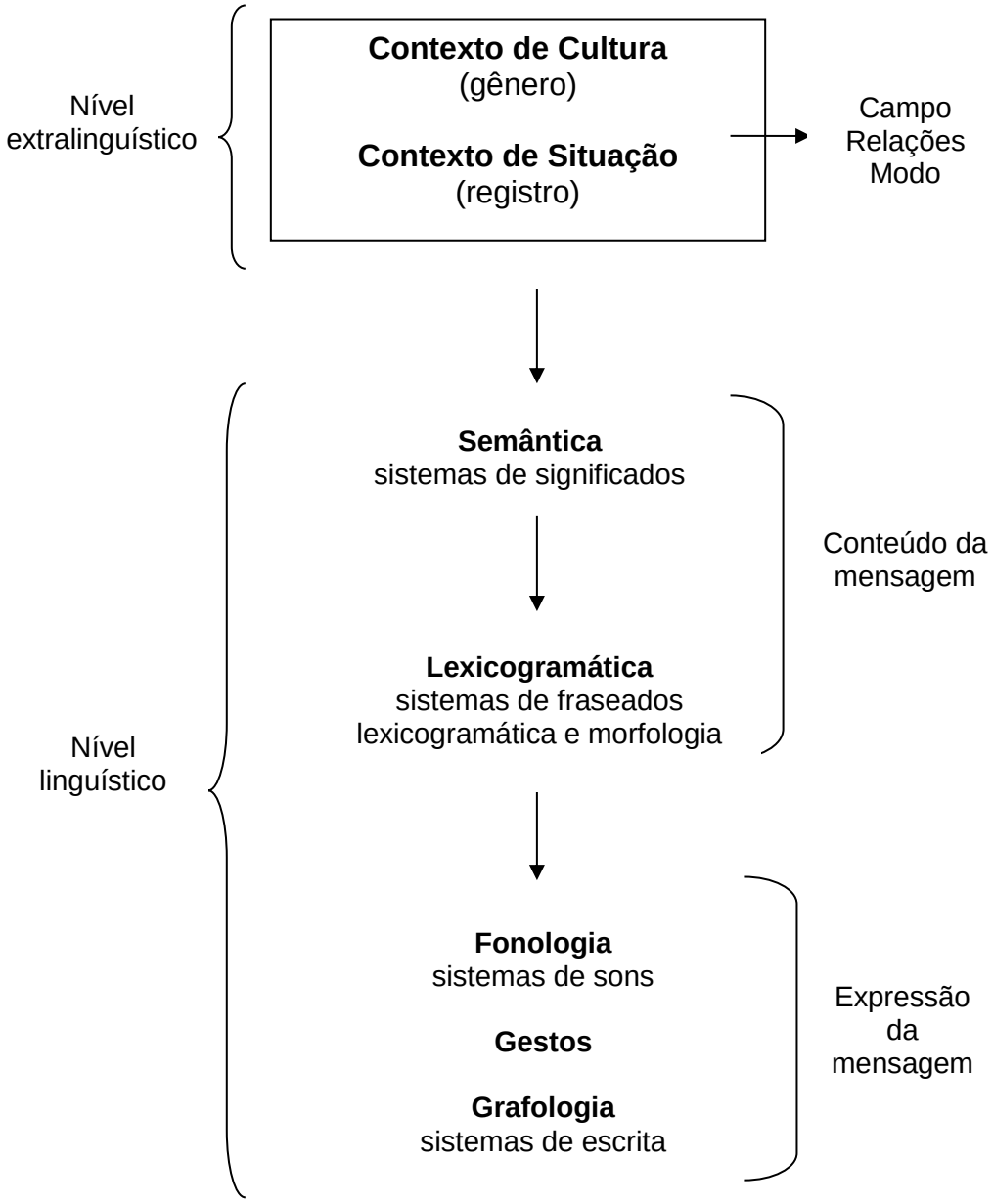

Figura 3.2: estratificação do sistema em níveis de acordo com a LSF

As setas, recorrentemente encontradas nos esquemas da LSF, denotam "realizado (a) em". Nota-se, portanto, que o nível extralinguístico é composto pelo contexto de cultura e de situação enquanto que o nível linguístico resulta das realizações progressivas da semântica e lexicogramática no plano do conteúdo e da fonologia, gestos ou grafologia no plano da expressão.

Passo agora a discutir a noção de função para a LSF, bem como as três funções da linguagem identificadas por essa teoria como realizações dos três parâmetros que compõem o contexto de situação: campo, relações e modo.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1112749/CA

3.2.
Funções da linguagem

Cada uma das variáveis do contexto reflete uma função da linguagem identificada por Halliday (1994). Em outras palavras, campo, relações e modo são as variáveis do contexto que acomodam, respectivamente, os significados expressos pelo que o autor chama de Metafunções Ideacional, Interpessoal e Textual da linguagem. Tal relação entre elementos do contexto e Metafunções bem como a realização dessas últimas na gramática serão descritas a seguir, mas antes disso, faz-se necessário entender a noção de função para a LSF.

De acordo com Halliday & Hasan (1989), a noção de "função" pode ser considerada, em termos gerais, como sinônimo de "uso", de modo que quando nos referimos a funções da linguagem, estamos apontando a forma como as pessoas usam a língua e os diferentes objetivos e propósitos que os usuários desejam atingir por intermédio dela.

Halliday & Hasan (1989) destacam algumas classificações das funções da linguagem feitas por diversos autores e baseadas em diferentes concepções teóricas, tais como a classificação de Malinowski (1923) pautada nos usos ritual e prático da língua; a classificação de Buhler (1934) baseada no indivíduo e derivada de conceitos herdados de Platão; a classificação de Britton (1970) elaborada a partir de seu interesse pelo processo de desenvolvimento da escrita em crianças e a classificação de Morris (1967) cujos princípios advinham de seu estudo da espécie humana baseado no pressuposto behaviorista.

De todas essas classificações[10], Halliday & Hasan (1989) identificaram alguns pontos em comum que compõem os propósitos com os quais as pessoas usam a linguagem, a saber: a) entender o mundo e falar de coisas e eventos e b) estabelecer relações "eu e você" e agir sobre os outros. A essas funções a que a linguagem se presta, soma-se uma função estética interna de c) estar a serviço das outras duas, organizando-as e dando-lhes relevância. Sendo assim, além de a linguagem possuir uma função primordial da comunicação e negociação de significados que conferem sentido à existência humana, existem essas outras três

[10] Para um relato mais completo das diversas concepções teóricas acerca das funções da linguagem, confira Neves (1997).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1112749/CA

Metafunções que abrangem os motivos pelos quais as pessoas se comunicam como está indicado no trecho que segue:

> (...) a linguagem serve para expressarmos conteúdo, para darmos conta da nossa experiência do mundo, seja este o real, exterior ao sujeito, seja este o da nossa própria consciência, internos a nós próprios; mas a linguagem serve também para estabelecermos e mantermos relações sociais uns com os outros, para desempenharmos papéis sociais, incluindo os comunicativos, como ouvinte e falante; e, por fim, a linguagem providencia-nos a possibilidade de estabelecermos relações entre partes de uma mesma instância de uso da fala, entre essas partes e a situação particular de uso da linguagem, tornando-as, entre outras possibilidades, situacionalmente relevantes. (Gouveia, 2009, p. 15).

As três noções descritas serviram de base para a construção da visão de funções da linguagem de Halliday (1994) e Halliday & Matthiessen (2004). A fim de sistematizar e fornecer uma terminologia funcional, o autor estabelece que a) a função de falar sobre o mundo denomina-se Ideacional e está relacionada ao elemento "campo" do contexto, b) a função de estabelecer relações entre as pessoas intitula-se Interpessoal e é determinada pela variável "relações" do contexto e c) a função de organizar a linguagem de forma linear e coerente chama-se Textual e refere-se ao parâmetro "modo" do contexto. Halliday (1994) utiliza a nomenclatura "Metafunções" para fazer referência a esses três sentidos, pois acredita que a função é o elemento central que determina a forma como a linguagem se desenvolveu ao longo dos tempos, de modo que seu papel é primordial na teoria proposta pela LSF. Assim, temos a figura a seguir compilando as noções brevemente descritas acima:

Metafunção	**Significado**	**Parâmetro do Contexto**
Ideacional	Construção do mundo e da experiência	Campo
Interpessoal	Estabelecimento de relações entre as pessoas	Relações
Textual	Organização da linguagem de forma coerente	Modo

Figura 3.3: relação entre Metafunções e elementos do contexto

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1112749/CA

As Metafunções abrigam em sua definição funções mais específicas da linguagem que podem ser categorizadas sob essa terminologia. Os significados ideacionais, interpessoais e textuais que a linguagem veicula contribuem igualmente e simultaneamente para compor o conteúdo da mensagem (Thompson, 1996) e mudanças em qualquer uma das variáveis relacionadas e esses significados acarretam a produção de uma mensagem diferente. Passo, então, a descrever em detalhes as Metafunções da linguagem e sua relação com as variáveis do contexto.

3.3.
Metafunção Textual

A Metafunção Textual consiste na possibilidade que a linguagem oferece de organizar a mensagem de forma que seja reconhecível para o ouvinte/leitor. Essa Metafunção organiza significados ideacionais e interpessoais em um todo coerente e linear e, por conseguinte, pode ser vista como uma função que estrutura as outras duas (Ideacional e Interpessoal) simbolicamente. Por exemplo, tomemos o enunciado abaixo, retirado dos dados que compõem esta pesquisa e produzido pelo participante Fernando durante a interação.

> (...) a gente vê praticamente os professores fazendo a redação pros alunos porque eles não sabem se expressar (...)

Neste caso, Fernando deseja relatar uma observação sua sobre a necessidade de os professores assumirem uma tarefa dos alunos (significado ideacional) e ele o faz de maneira informal com orações de polaridade positiva e negativa (significado interpessoal). A fim de veicular esses dois significados de forma inteligível, Fernando decide destacar, na primeira oração, o termo "a gente" para, em seguida, indicar o conteúdo da mensagem (ver os professores fazendo a redação para os alunos). Na frase "*eles não sabem se expressar*", não sendo mais necessário mencionar o participante "alunos" que já é conhecido do ouvinte, o falante utiliza o pronome "eles" indicando que agora o assunto principal são os alunos, ou seja, que o resto da mensagem será dedicado a fornecer explicações sobre tal item.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1112749/CA

À vista disso, nota-se que falantes e escritores precisam situar os ouvintes e leitores sobre onde estão, para onde se encaminham na interação e como a mensagem se encaixa no desenrolar do evento comunicativo. É necessário demonstrar para os interlocutores como determinado enunciado se relaciona com os demais enunciados de um discurso.

Por esse motivo, autores fazem uso da estrutura temática, que é responsável por construir uma rede de relações lógicas para representar o significado. Nessa estrutura, um elemento é enunciado como Tema[11] combinando-se como o restante da mensagem denominado Rema e organizando a oração textualmente. O Tema é o ponto de partida da mensagem, a base a partir da qual o enunciado se constrói. Este elemento aparece em primeiro lugar na sentença, no entanto, Halliday (1994) ressalta que a posição inicial não deve ser o fator que define a categoria Tema e sim o meio pelo qual podemos identificá-lo na mensagem. Descrever uma categoria com base em propriedades formais apenas (nesse caso, a posição) vai de encontro à própria filosofia da abordagem sistêmico-funcional que prioriza uma classificação atrelada às propriedades funcionais e semânticas da língua.

Sendo assim, se pensarmos no significado do Tema, veremos que quando um falante/escritor decide tematizar um determinado item, isto é, colocá-lo em primeiro lugar na sua mensagem, ele confere a esse elemento uma posição de destaque, uma carga de importância dentro da mensagem que se desenvolverá a partir desse ponto. A configuração Tema + Rema organiza a oração como mensagem e o Tema define sobre o que a mensagem tratará, de modo que parte do significado da oração é construído pela escolha do elemento que terá essa função (Halliday, 1994).

Em geral, o elemento tradicionalmente denominado sujeito é a escolha temática mais natural e, portanto, quando isso ocorre, dizemos que se trata de um Tema não marcado, como acontece, por exemplo, nas sentenças abaixo retiradas dos dados a serem analisados nessa pesquisa:

[11] Os termos da gramática sistêmico-funcional em português foram retirados da lista aprovada pelas equipes de investigação da FLUL, do projeto DIRECT da PUC-SP e por outros pesquisadores da LSF disponível em: http://ww3.fl.ul.pt/pessoais/cgouveia/docs%5 CTermosGSF.pdf. Acesso em: 10 set. 2014.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1112749/CA

Você	não planeja uma atividade.
Tema	Rema

A equipe pedagógica	também deveria ingressar na carreira pública.
Tema	Rema

Esses sistemas de avaliação	são sempre objetivos.
Tema	Rema

Nas três sentenças acima verificamos a coincidência entre Tema e sujeito da oração, ainda que esse sujeito inclua o modificador "pedagógica" como no segundo exemplo ou constitua-se em um grupo nominal complexo como no terceiro caso. Sendo assim, temos três Temas não marcados, pois a escolha natural foi cumprida preenchendo a posição inicial com o sujeito das orações.

Por outro lado, temos opções temáticas frequentemente selecionadas na língua, porém não tão usuais como a opção pelo sujeito já descrita acima. Trata-se dos adjuntos, elementos cujo posicionamento na sentença é bastante variável e flexível podendo, portanto, aparecer no Tema sem que isso pareça incomum (Thompson, 1996). Seguem exemplos também retirados dos dados desta pesquisa para ilustrar esse tipo de Tema:

Talvez	seja o problema.
Tema	Rema

Hoje	se eu pudesse escolher, eu jamais trabalharia com educação.
Tema	Rema

Uma opção temática considerada marcada são os complementos, normalmente posicionados ao final da oração. Em posição temática, tais elementos podem causar um certo estranhamento, o que nos leva a entender que fatores contextuais prevaleceram à escolha do sujeito como Tema. Nesse caso, o

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1112749/CA

falante ou escritor pretende indicar que a mensagem é sobre aquele elemento atribuindo-lhe uma função principal na mensagem, como nas orações a seguir observadas nos dados da pesquisa:

Coisa	que eu não concordo.
Tema	Rema

Isso	a escola não faz ainda.
Tema	Rema

Sendo assim, o elemento tematizado expressa um tipo importante de significado, pois sua localização sinaliza o desenvolvimento do texto (Butt et al.,1998). É por meio do Tema que o falante/escritor antecipa as necessidades do ouvinte/leitor uma vez que, teoricamente, este deve ser de conhecimento geral, a base da mensagem (Ibid). Em busca de uma definição que se aproxime ainda mais da perspectiva semântica, podemos entender que o conteúdo do Tema normalmente já é estabelecido, fixo na concepção do falante, representando uma ideia consumada, do conhecimento de todos.

A análise da escolha temática fornece subsídios para que identifiquemos o elemento que fornece a base a partir da qual a mensagem vai deslanchar. Os Temas marcados são especialmente interessantes na medida em que sua escolha não é a considerada mais natural na língua e, se o falante decidiu por essa organização, provavelmente existem objetivos discursivos que ele deseja atingir através da ênfase em um elemento especifico da mensagem.

Por fim, como já apontado em Barroso (2009), outro aspecto mencionado em Halliday (1994) a ser considerado é que através da repetição do Tema e da incorporação do Rema no Tema da oração seguinte, o falante/escritor realiza a progressão do texto de uma forma lógica e previsível. A análise dessa progressão nos permite identificar estratégias discursivas que podem revelar não só significados imbricados nas preocupações do falante/escritor, como também o foco psicológico do texto e sua transparência.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1112749/CA

3.4.
Metafunção Ideacional

A Metafunção Ideacional refere-se à possibilidade que a linguagem oferece de falar sobre o mundo físico ou mental, representá-los, transmitir e expressar ideias. Nesse caso, o foco está no conteúdo da mensagem e na forma como a língua constitui-se em um recurso para que os usuários se refiram a entidades na vida social e construam um retrato da realidade. Essa Metafunção subdivide-se em duas vertentes: experiencial e lógica. A vertente experiencial indica a experiência em si e por isso essa nomenclatura é associada diretamente à função, de modo que muitas vezes os termos ideacional e experiencial são usados de forma sinônima. O nível lógico da Metafunção Ideacional corresponde à forma como as partes do texto se unem para garantir a organização lógica aos conteúdos. Segundo Gouveia (2009, p. 16), "Quer na forma de instantâneos soltos (experiencial), quer na forma de conjugação desses instantâneos (lógica), a função ideacional não deixa de ser a função que serve a representação".

A Transitividade é o sistema semântico responsável pela realização lexicogramatical da Metafunção Ideacional. Dentro desse sistema, o fluxo de acontecimentos que constitui a experiência humana é materializado principalmente por meio de Processos, representados, sobretudo, por verbos. A Transitividade subentende também Participantes (envolvidos de alguma forma no desenrolar dos Processos) e Circunstâncias de tempo, modo e espaço adjacentes ao Processo.

Em relação aos Processos, Halliday (1994) identifica seis tipos que compõem a realidade e modelam a experiência através de sua participação nas sentenças. Existem, portanto, três tipos principais de Processos (Materiais, Mentais e Relacionais) e três tipos secundários (Verbais, Comportamentais e Existenciais). Essa classificação será brevemente apresentada a seguir.

Os Processos Materiais denotam a experiência externa, o que as pessoas fazem ou provocam. Através de uma quantidade de energia aplicada pelo Ator (responsável pelo desenrolar do Processo), a ação ocorre e desencadeia mudanças visíveis que podem ser vistas ou percebidas. Em alguns casos, esse fazer é restrito ao Ator enquanto que em outros, a ação é dirigida a um participante denominado

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1112749/CA

Meta, afetando-o ou sendo direcionada a ele. Seguem exemplos desses dois casos encontrados nos dados que compõem este trabalho:

Ator	**Processo Material**
A gente	trabalha.

Ator	**Processo Material**	**Meta**
Essas provas	geram	gratificações.

De acordo com Halliday (1994), a Meta é o participante ao qual o Processo se estende e, nesse conceito está imbricada a terminologia tradicional "transitivo" e "intransitivo". Desse modo, o Processo do primeiro exemplo acima não se dirige a nenhuma Meta e é intransitivo, enquanto que o segundo exemplo identifica um Processo que se direciona a uma Meta, sendo, portanto, transitivo.

Por outro lado, o mundo da experiência interna, da consciência e inconsciência, é representado no sistema da Transitividade pelos Processos Mentais. Nesse caso, as ações não provocam mudanças físicas e perceptíveis, mas são sentidas por um Experienciador que experimenta o Processo e por um Fenômeno que desencadeia a sensação que esse Processo denota. O Experienciador é sempre humano[12], dotado de consciência e sente, pensa ou percebe o Fenômeno que pode ser uma coisa ou um fato.

Os Processos Mentais podem ser subdivididos em Processos de afeição (relacionados ao gostar, amar), Processos de cognição (referentes ao saber, entender) e Processos de percepção (indicativos do ver, ouvir). Exemplos retirados dos dados desses três subtipos de Processos e dos participantes a eles atrelados são:

[12] Thompson (1996) esclarece que ainda que o Experienciador não seja humano no sentido literal da palavra, um certo grau de humanidade é outorgado a esse participante por meio de seu envolvimento com o Processo. Sendo assim, em sentenças do tipo "O meu computador não gosta de mim.", temos que o participante tradicionalmente inanimado "computador" é o Experienciador do Processo Mental "gostar" já que é metaforicamente imbuído de consciência. Temos aí um exemplo da forma como a LSF determina suas categorias de análise baseada no sentido e não em rótulos pré-estabelecidos desconectados do uso.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1112749/CA

Experienciador	Processo Mental (afeição)	Fenômeno
Eu	gostava	de história e de química.

Experienciador	Processo Mental (cognição)	Fenômeno
Muitos	já sabem	o que querem.

Experienciador	Processo Mental (percepção)	Fenômeno
Eu	percebo	uma inversão de valores.

A fim de relacionar um fragmento de experiência ao outro contamos com os Processos Relacionais, terceiro e último tipo de Processo principal. A principal característica desse tipo de Processo é que ele estabelece uma relação entre o seu Participante à sua descrição ou identidade (Butt et al., 1995). Quando o Processo relacional liga o participante a uma descrição ou atributo, ele é chamado de atributivo e quando essa relação conecta o participante a um termo que o identifica, o Processo é identificativo. Eis exemplos extraídos dos dados da pesquisa desses dois subtipos de Processos Relacionais juntamente com os nomes oriundos da LSF dos participantes neles envolvidos:

Portador	Processo Relacional (atributivo)	Atributo
As provas	são	extensas.

Identificado	Processo Relacional (identificativo)	Identificador
Você	é	o professor da turma.

Dentro do grupo dos Processos secundários, encontramos os Processos Verbais, caracterizados por relações simbólicas construídas na consciência humana e concretizadas na forma de língua através do dizer e do significar (Halliday, 1994). Essa categoria está na fronteira entre os Processos Materiais e Mentais já que dizer alguma coisa é uma ação física que reflete uma operação mental (Thompson, 1996). Existem quatro tipos de Participantes que podem estar

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1112749/CA

atrelados a um Processo Verbal, são eles: Dizente (aquele que diz), Alvo (entidade atingida pelo Processo, aquele de quem se fala), Receptor (entidade para a qual o Processo se dirige, aquele para quem se fala) e Verbiagem (conteúdo do Processo). Para fins de exemplo, seguem duas orações obtidas nos dados desta pesquisa que contém todos os elementos acima descritos:

Dizente	**Processo Verbal**	**Verbiagem**
Você	fala	em avaliação.

Dizente	**Processo Verbal**	**Receptor**	**Alvo**	**Verbiagem**
Os professores	falavam	[para nós]	que o país do futuro	é o país dos engenheiros.

Além disso, temos também os Processos Comportamentais responsáveis por representar ações tipicamente humanas e fisiológicas, isto é, manifestações externas de experiências interiores dos falantes ou escritores. Essa classificação foi criada para identificar processos de percepção mental que envolvem uma ação física. Por exemplo, a diferença entre ver e olhar e ouvir e escutar está no fato de que o segundo Processo dos pares indica uma "versão ativa" (Gouveia, 2009, p. 33) do fenômeno mental implícito no primeiro, de modo que podemos considerar o primeiro como Mental e o segundo como Comportamental. Normalmente, os Processos desse tipo possuem apenas um participante, denominado Comportante. A sentença abaixo demonstra um exemplo retirado dos dados desse tipo de Processo junto a uma circunstância indicadora de modo.

Comportante	**Processo Comportamental**	**Circunstância**
Ele	lê	mais ou menos.

Por fim, os Processos Existenciais indicam fenômenos que existem ou acontecem, e seu único participante é o Existente. Seu reconhecimento, em língua inglesa, por exemplo, pode ser meramente gramatical pela identificação da partícula *there*. Em português, essa classificação baseada apenas na estrutura também é possível se considerarmos que os Processos Existenciais são na grande maioria das vezes representados pelos verbos existir e haver. No entanto, há uma

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1112749/CA

questão de uso relevante envolvida nesse tipo de Processo que é a recusa do falante ou escritor de representar o Existente envolvido em alguma ação. Por exemplo, compare as sentenças abaixo extraídas da interação entre os participantes desta pesquisa:

Processo Existencial	**Existente**	**Circunstância**
Não existem	essas provas	no nível fundamental

Ator	**Processo Material**	**Circunstância**
Ela	acontece	numa turma diferente.

Verificamos que a primeira sentença expressa a mera existência de alguma coisa sem associar nada a ela enquanto que, na segunda, já percebe-se algum tipo de ação envolvida no desenrolar do Processo. Aqui, vemos na estrutura selecionada um sinal explícito da renúncia do enunciador da sentença em indicar mudanças e desdobramentos concretos do Processo.

Tendo feito essa breve revisão das formas utilizadas para representar a realidade, vale reproduzir a maneira como Halliday (1994) sistematiza esses Processos. O autor utiliza uma espécie de disco onde seus limites são bastante tênues e se apresentam como um modelo contínuo e difuso, pois o mundo da experiência não é totalmente claro, ao invés disso, ele é dotado de indeterminação possuindo diversas formas de representar um mesmo domínio. Não existe a prevalência de um Processo sobre o outro já que os diferentes tipos contribuem de forma distinta para a construção do mundo e da experiência. A figura a seguir busca representar os tipos de Processos, os significados que veiculam e a forma como suas fronteiras se sobrepõem.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1112749/CA

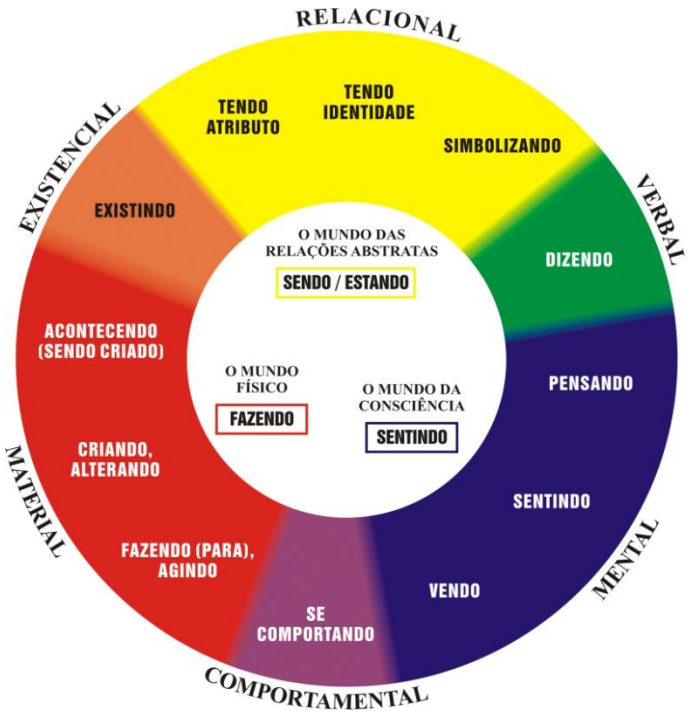

Figura 3.4: disco de Processos adaptado de Halliday (1994)

A configuração Processo + participantes nele envolvidos + circunstâncias a ele atreladas compõem a chamada *figure*, que fornece um esquema para interpretação da experiência e do fluxo de acontecimentos à nossa volta. Por exemplo, a oração *está chovendo* denota um fenômeno, que, em algumas línguas, pode ser descrito como *água está caindo* ou *o céu está despejando água*. Sendo assim, cada fragmento da experiência pode ser representado de formas diferentes (*figures*) em diferentes línguas.

Nessa configuração, o Processo é o elemento mais central e representa a transigência, o desenrolar da experiência no tempo de forma efêmera. Os Processos são realizados por grupos verbais e, devido a sua constante transitoriedade, desenvolveram o sistema de tempo verbal para localizar sua ocorrência no tempo.

Os participantes são inerentes ao Processo e estão diretamente envolvidos nele, causando ou sendo afetados pela mudança que o último determina. Os dois formam o centro experiencial das orações em que ocorrem, sendo o participante o elemento que expressa a permanência, pois é mais estável e duradouro. Os participantes são frequentemente realizados por grupos nominais que

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1112749/CA

desenvolveram o sistema de determinação ou indeterminação para localizá-los no espaço.

Periféricas a esse centro experiencial estão as circunstâncias, argumentações normalmente opcionais que indicam tempo, espaço, causa, etc., ilustrando o Processo ou oferecendo mais informações sobre sua causa. Esse elemento é geralmente representado por um grupo adverbial ou um sintagma preposicional simples ou complexo.

Para finalizar essa breve descrição da Metafunção Ideacional, segue uma figura adaptada de Butt et al. (1995) que expõe a materialização da experiência na oração bem como as estruturas que podem representar os três elementos experienciais.

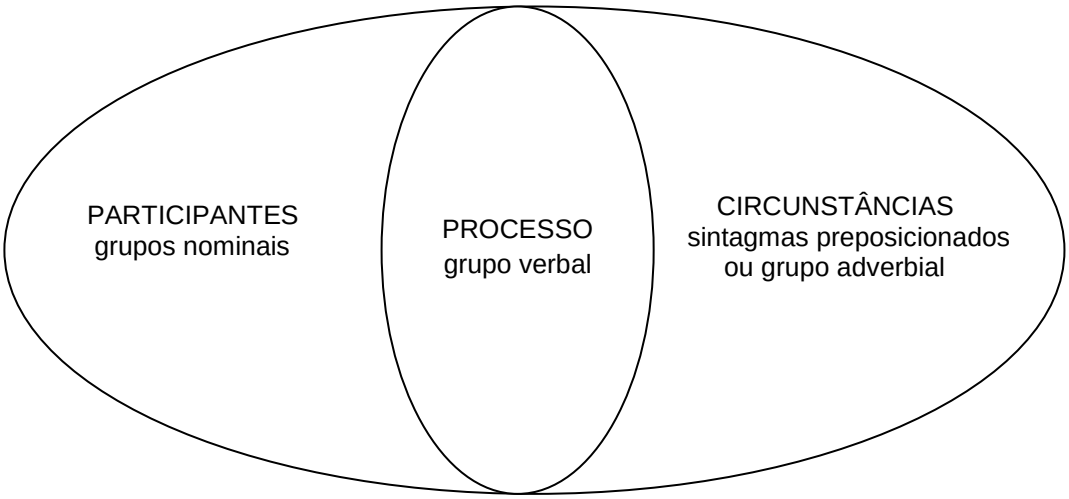

Figura 3.5: elementos experienciais e suas possíveis realizações na oração

Em síntese, a figura mostra o Processo como centro experiencial da oração e que é normalmente realizado por um grupo verbal. Relacionados aos Processos, estão os participantes cuja realização é, em sua maioria, feita por grupos nominais. Finalmente, temos as circunstâncias, geralmente realizadas por sintagmas preposicionados ou grupos adverbiais, e que, como mostra a figura, envolvem o Processo e os participantes dando-lhes um cenário e formando a *figure*.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1112749/CA

3.5.
Metafunção Interpessoal

A Metafunção Interpessoal é a característica da linguagem de ser utilizada para estabelecer trocas entre participantes de uma interação, isto é, falante e ouvinte ou escritor e leitor. Para Thompson (1996), a linguagem é naturalmente uma via de mão dupla já que um dos motivos pelo qual a usamos é trocar e negociar significados com outras pessoas.

A realização gramatical dessa Metafunção dá-se por meio do sistema de Modo, no qual interlocutores se apoiam a fim de interagir e assegurar o entendimento mútuo através da linguagem. Halliday & Matthiessen (2004) explicam que dentro do evento interacional, o falante/escritor adota um determinado papel discursivo e, ao fazê-lo, atribui ao ouvinte/leitor uma função complementar no qual aquele deseja que este se encaixe. Sendo assim, "a linguagem serve para estabelecer e manter relações sociais: para a expressão de papéis sociais, que incluem os papéis comunicativos criados pela própria linguagem" (Halliday, 1976, p. 136).

Hasan (1989) reconhece algumas especificidades dessa Metafunção, como a característica hierárquica ou não hierárquica das relações. Sendo uma relação hierárquica, haverá, naturalmente, um maior controle de um dos participantes e isso é normalmente determinado pela estrutura social e pela natureza da ação. No caso do grupo focal realizado para a geração de dados desta pesquisa, por exemplo, uma das interpretações que pode ser dada para as relações estabelecidas é a do pêndulo da hierarquia tendendo levemente para o meu lado enquanto mediadora, haja vista a característica da nossa cultura acadêmica de que o pesquisador possui certa autoridade em relação aos participantes[13]. Além disso, essa Metafunção está também relacionada às relações que surgem a partir das histórias de vida dos agentes envolvidos, o que a autora chama de distância social. Se a geração de dados do grupo focal envolver pessoas que se conhecem há muitos anos ou se um dos participantes for o meu irmão, por exemplo, podemos dizer que as relações ali estabelecidas são também construídas pela distância social que é minimizada pela relação de amizade ou parentesco entre as partes.

[13] Não concordo com a ideia naturalizada de que o pesquisador deva estar em um nível de hierarquia diferente dos participantes e me alinho às perspectivas de desconstrução e transgressão de tal estereótipo como pode ser conferido no capítulo 4 desta pesquisa.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1112749/CA

Uma vez que a linguagem é utilizada para fins de interação entre seus usuários, precisamos nos questionar sobre os motivos pelos quais as pessoas decidem ou precisam se engajar nos eventos comunicativos. As respostas para esse questionamento são inúmeras, como por exemplo, fazer um convite, pedir orientação, desculpar-se, rejeitar uma proposta, tecer um elogio, confirmar um encontro, etc. No entanto, para fins de descrição e análise, é preciso criar um modelo mais restrito de objetivos interacionais que seja capaz de abarcar e sistematizar todas essas opções. Tal modelo será exposto nos parágrafos que seguem.

Para Halliday (1994), existem dois tipos principais de papéis discursivos adotados durante a troca, a saber: dar e pedir. Esses dois tipos de papéis discursivos resumem a pluralidade de papéis que poderíamos adotar na vida social e estão interligados dialogicamente, visto que um pressupõe o outro e vice versa (Gouveia, 2009). Em outras palavras, já que se trata de uma troca, dar significa "convidar a receber" enquanto que pedir significa "convidar a dar".

Além disso, existem também dois tipos de elementos que podem ser negociados na interação: bens & serviços e informação. No primeiro caso, a língua é o meio utilizado para auxiliar no processo de troca, pois o elemento trocado é um objeto ou ação de natureza não verbal que será executada independentemente da língua. Em se tratando da troca de informações, a língua, além de ser o meio pelo qual o processo de troca é alcançado, ela é também o fim já que a resposta esperada é de natureza verbal e, portanto, não toma forma a não ser através da língua.

Sendo duas as possibilidades de papéis discursivos (dar e pedir) e dois tipos de entidades passíveis de negociação durante uma interação (bens & serviços e informação), temos, portanto, quatro formas de troca que emergem do cruzamento das duas categorias. O quadro a seguir foi adaptado de Halliday & Matthiessen (2004) e resume as variáveis em questão.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1112749/CA

Papéis adotados	Elementos negociados	
	(a) bens & serviços	**(b) informação**
(i) dar	'oferta' você gostaria desta chaleira?	'declaração' ele está dando a chaleira para ela.
(ii) pedir	'comando' me dê aquela chaleira!	'pergunta' o que ele está dando para ela?

Figura 3.6: tipos de funções do discurso na Metafunção Interpessoal

Como se pode perceber, quatro funções surgem das possibilidades de combinação do papel discursivo e do tipo de elemento sendo trocado. Quando damos bens & serviços, estamos realizando uma oferta e quando o item dado é uma informação, temos aí uma declaração. Quando pedimos bens & serviços, estamos efetuando um comando enquanto que se esse pedido requer uma informação, estamos fazendo uma pergunta.

Outros dois termos cunhados por Halliday (1994) merecem destaque. Quando a língua é utilizada para a troca de informações (é o caso da declaração e de pergunta), a oração toma a forma de uma proposição. Por outro lado, quando a língua funciona na troca de bens & serviços (nas ofertas e comandos), a oração se configura em uma proposta. Sendo assim, tomando como referência a natureza da entidade sendo negociada na interação, temos o seguinte esquema de funções semânticas:

Elemento trocado	Papéis adotados		Função Semântica
	Dar	**Pedir**	
Bens & serviços	oferta	comando	PROPOSTA
Informação	declaração	pergunta	PROPOSIÇÃO

Figura 3.7: função semântica em cada uma das trocas da Metafunção Interpessoal

Para entender a importância desses rótulos para a análise textual, recuperamos as palavras de Gouveia (2009, p. 35) quando indica que “uma proposição é algo que pode ser refutado – algo que pode ser afirmado ou negado,

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1112749/CA

posto em dúvida, contrariado, contraditado, aceitado, rejeitado, etc. – mas uma proposta não pode ser afirmada ou negada". Veja a diferença entre as sentenças a seguir, a primeira proferida por mim e a segunda por Karina na interação do grupo focal que gerou os dados para o presente trabalho.

Eu queria saber o que vocês pensam disso.
Não incomode.

O primeiro exemplo, onde eu peço uma informação aos participantes tem a função semântica de uma proposição e, portanto, poderia ser rejeitada pelos interlocutores. Já no segundo exemplo, Karina reproduz uma frase hipoteticamente vinda da direção da escola e realiza um comando, denotando uma proposta que deixa pouco espaço para negociação. Podemos ainda identificar os significados experienciais e interpessoais trocados nesses exemplos.

No primeiro caso, o conteúdo da pergunta poderia ser resumido no esquema: *o que +pensam+ disso*, já que é esse o assunto da mensagem. Os outros elementos da sentença, como *queria*, *saber* e *vocês* são considerados itens utilizados para estabelecer uma relação de polidez e informalidade com os interlocutores. No caso da proposta, temos que seu conteúdo envolve basicamente o esquema *não + incomode*, pois esses são os elementos que conferem significado à mensagem. Não existem outros itens que indiquem mais significados interpessoais.

Sendo assim, podemos inferir que para além do conteúdo em si, a mensagem possui outros aspectos cuja análise nos leva a entender as relações e posicionamentos estabelecidos entre os interlocutores. De acordo com Thompson (1996), a linguagem oferece os recursos do modo verbal, da modalidade e da avaliação e negociação[14] para que seus usuários estabeleçam relações interpessoais específicas com seus pares. Cada um desses três recursos dentro da Metafunção Interpessoal será brevemente descrito nas seções que seguem.

[14] Sobre os recursos da avaliação (*evaluation*) e negociação (*negotiation*), apontados por Thompson (1996), existem questões teóricas e terminológicas a serem definidas e isso será descrito na seção correspondente (3.5.3).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1112749/CA

3.5.1.
Modo Verbal

Antes de descrever os elementos componentes do modo verbal, faz-se necessário apontar uma questão terminológica e linguística para esse sistema. Halliday (1994) propõe, em sua Gramática Sistêmico-Funcional, a composição do modo verbal baseado na língua inglesa, realizada por Sujeito + Finito.

O Sujeito é tradicionalmente a entidade sobre a qual algo é relatado na sentença. Em termos funcionais, podemos acrescentar a essa definição a ideia de que o Sujeito é o elemento o qual o falante ou escritor quer responsabilizar pela validade da proposição da oração. Mesmo que o interlocutor decida rejeitar o conteúdo da mensagem, o Sujeito permanece o mesmo, caso contrário uma nova proposição é elaborada (Thompson, 1996).

O Finito é parte do grupo verbal que, além dele, inclui também o Predicador. Enquanto o Finito denota tempo e polaridade, o Predicador é o elemento que especifica o processo, ou seja, é o grupo verbal menos o Finito. Em língua portuguesa, Gouveia (2009) indica o esquema Sujeito + Predicador para denotar a composição do modo verbal, já que, nessa língua, a função de expressar tempo e polaridade é normalmente desempenhada pelo próprio Predicador. Veja a diferença entre os exemplos abaixo nas duas línguas mencionadas:

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1112749/CA

<table>
<tr><td>Do</td><td>you</td><td>see</td><td>it as something negative?</td></tr>
<tr><td>Finito</td><td>Sujeito</td><td rowspan="2">Predicador</td><td rowspan="2">Resíduo</td></tr>
<tr><td colspan="2">Modo Verbal</td></tr>
</table>

<table>
<tr><td>Você</td><td>vê</td><td>isso como algo negativo?</td></tr>
<tr><td>Sujeito</td><td>Predicador</td><td rowspan="2">Resíduo</td></tr>
<tr><td colspan="2">Modo Verbal</td></tr>
</table>

Como se pode notar, em língua portuguesa não há a presença de um elemento específico para determinar o tempo, pois essa noção está embutida na desinência verbal do Predicador. O chamado Finito é, então, a totalidade dos elementos que compõe o grupo verbal, incluindo advérbios de negação se existirem. A fim de manter-me fiel a terminologia de Halliday (1994) e, ao

mesmo tempo, reconhecer a especificidade da língua portuguesa, nessa pesquisa, utilizarei a nomenclatura Finito/Predicador para fazer referência ao (s) elemento (s) que indica (m) tempo e polaridade nas orações. Tal (is) elemento (s) torna (m) a proposição finita, circunscreve-a e lhe dá um ponto de referência no aqui e agora, relacionando-a ao seu contexto no evento discursivo (Halliday & Matthiessen, 2004). Basicamente, o Finito/Predicador tem a função de indicar a validade e o tempo da proposição de forma negativa ou positiva.

Por outro lado, algumas construções em língua portuguesa possuem elementos auxiliares que cumprem a função de designar o tempo e a polaridade dos Processos a eles atrelados. Para esses casos, Finito e Predicador são termos diferentes. As orações a seguir foram extraídas dos dados desta pesquisa e oferecem e comparam exemplos de construções com Finito e Predicador não coincidentes e coincidentes.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1112749/CA

O cara	tem que	passar	pelo y para chegar no x.
Sujeito	Finito	Predicador	Resíduo
Modo Verbal			

Eles	não conseguiram	ler
Sujeito	Finito/Predicador	Resíduo
Modo Verbal		

A avaliação	normalmente é	feita	informalmente?
Sujeito	Finito	Predicador	Resíduo
Modo Verbal			

A primeira oração tem polaridade positiva, está no presente e o falante ou escritor sugere a ideia de obrigação em sua proposição. Finito e Predicador são elementos independentes, uma vez que tempo e polaridade são expressos pelo modal “ter que” enquanto que a ideia do Processo está em “passar”. A segunda oração, por sua vez, tem polaridade negativa, está no passado e possui modalidade absoluta, já que não há nenhum item que indique modalização. Nesta construção, Finito e Predicador são representados por um só termo, que indica tempo,

polaridade e conteúdo do Processo. Por fim, a terceira oração é uma pergunta com polaridade positiva, está no tempo presente e indica frequência. Para este último caso, temos que Finito e Predicador não coincidem, uma vez que as noções de tempo e polaridade estão em "normalmente é", ao passo que "feita" é o item que especifica o Processo. A análise dessas premissas é importante, pois a estrutura gramatical reflete a forma como a interação ocorre e a forma como os interlocutores manipulam esses elementos para negociar significados e atingir seus objetivos durante o evento comunicativo.

3.5.2. Modalidade

A modalidade é outro aspecto da Metafunção Interpessoal que confere significados relevantes na análise da atitude dos interlocutores em relação às mensagens que produzem na interação. Como já foi mencionado no item 3.5.1, uma das funções do Finito/Predicador é expressar polaridade positiva e negativa. A polaridade positiva é realizada de forma não marcada enquanto que a polaridade negativa é marcada através do uso do elemento responsável pela negação. No entanto, se observarmos a língua por meio de uma ótica semântica e não apenas estrutural, perceberemos que existem níveis intermediários entre o sim e o não, simplesmente. Trata-se do *talvez*, *provavelmente*, *às vezes*, *dificilmente*, dentre outros, que são expressos pela modalidade.

Os tipos de modalidades possíveis em uma oração estão relacionados aos elementos negociados. Se uma informação está sendo trocada, a modalidade exprime o quão válida é esta informação através da probabilidade e da habitualidade. Dependendo do papel adotado na interação (dar ou pedir), temos a probabilidade e a habitualidade manifestadas em declarações ou perguntas. Se o que está em jogo são bens & serviços, a modalidade determina o quão certo o falante ou escritor se sente em relação ao final bem sucedido dessa troca através da obrigação e da inclinação. A primeira demonstra o grau de obrigação depositado no ouvinte/leitor para que execute o comando e a segunda indica a inclinação do falante/escritor para cumprir a oferta.

Quando a modalidade incide sobre uma proposição, isto é, quando trocamos informações, estamos lidando com o que Halliday & Matthiessen (2004)

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1112749/CA

chamam de modalização, um conceito que se relaciona com os níveis de probabilidade e habitualidade. Já no caso de a interação ser uma proposta, ou seja, estar ocorrendo com o propósito de trocar bens & serviços, a modalidade assume a forma de uma modulação[15], que se refere às escalas de obrigação e inclinação. Sendo assim, temos a figura abaixo que sistematiza e fornece exemplos sobre tipo de modalidade em relação aos elementos negociados.

Tipos de modalidade	**Elementos trocados**	**Expressão da modalidade**	**Papéis adotados**	**Exemplos**
Modalização	Informação	Probabilidade	Declaração	Talvez ela vá ao banco
			Pergunta	Já é certo que haverá aula?
		Habitualidade	Declaração	Às vezes chove no inverno.
			Pergunta	Você sempre vem aqui?
Modulação	Bens & Serviços	Obrigação	Comando	Ele tem que parar de fumar.
		Inclinação	Oferta	Eu pagarei a conta para você.

Figura 3.8: tipos de modalidade

Observando os exemplos desse quadro, pode-se perceber ainda que os tipos de modalidade variam em graus. Nas duas sentenças expressando probabilidade acima, verificamos que o termo *talvez* está em um grau mais baixo de probabilidade do que a expressão *é certo*. Assim acontece com os diversos modalizadores disponíveis para veicular a atitude do falante ou escritor e o seu grau de comprometimento em relação à mensagem. Halliday (1994) estabelece a escala alto, médio e baixo para designar o grau em que as orações podem estar modalizadas ou moduladas.

As classificações propostas dentro dessa seção fornecem pistas para que, na análise textual, reconheçamos a fonte de modalidade em um texto, isto é, de quem é o ponto de vista que está sendo veiculado e, sobretudo, como essa pessoa se posiciona diante do assunto tratado. Passemos agora para o último tipo de significado interpessoal que pode ser identificado das orações.

[15] Neves (2002) utiliza as terminologias Modalidade Epistêmica e Modalidade Deôntica para referir-se à modalização e à modulação, respectivamente.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1112749/CA

3.5.3.
Avaliação e Negociação

Além do modo verbal e da modalidade, Thompson (1996), baseado no panorama da LSF, menciona ainda a avaliação e a negociação como recursos para veicular significados interpessoais. O autor utiliza a nomenclatura *evaluation* (aqui traduzida como avaliação) para fazer referência à forma com que falantes/escritores localizam coisas na escala do bom e do ruim e *negotiation* (traduzida como negociação) para designar as relações entre gramática e contexto considerando os papeis discursivos adotados na interação.

Assim sendo, a avaliação e a negociação são dois parâmetros que contribuem para que a oração seja entendida como troca. A avaliação não possui estruturas próprias de realização e funciona de forma adjacente a outros elementos, sendo materializada, principalmente, por meio de itens lexicais. Através dela, podemos, tal como acontece com a modalidade, analisar atitude do autor em relação ao conteúdo da mensagem bem como identificar a fonte a quem a avaliação é atribuída, que pode estar disfarçada ou explícita (Thompson, 1996).

A negociação, por sua vez, nos permite estabelecer ligações entre a gramática e o contexto em que a mensagem está inserida, criando ferramentas para a análise textual. Para tanto, faz-se necessário observar, mais uma vez, os papéis discursivos que emergem na interação, já apontados nesse capítulo (cf. p. 67). Quando adotamos um determinado papel, estamos convidando o interlocutor a encaixar-se em um outro papel complementar e a executar as funções esperadas no contexto em questão, o que pode vir a acontecer ou não. A especificação das respostas esperadas para os papeis discursivos e suas alternativas estão no quadro a seguir:

	Elemento trocado	**Papel discursivo**	**Resposta esperada**	**Resposta alternativa**
Dar	Bens & Serviços	oferta	aceitação	rejeição
	Informação	declaração	confirmação	contradição
Pedir	Bens & Serviços	comando	execução	recusa
	Informação	pergunta	resposta	desafio

Figura 3.9: respostas esperadas e alternativas em interações

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1112749/CA

Quando um interlocutor decide pela resposta alternativa, ele provoca uma ruptura no sucesso da interação já que adotou uma postura contrária a que o autor da mensagem lhe atribuiu e esperava que ele preenchesse. De acordo com Thompson (1996), nesses casos, o ouvinte ou leitor precisará de uma forma mais elaborada de resposta para compensar a interrupção no andamento da troca.

Após esse breve relato sobre os conceitos de avaliação e negociação, podemos inferir que, para fins de análise dos significados interpessoais nos textos, a avaliação, assim como a modalidade, oportuniza o entendimento do posicionamento do autor enquanto que a negociação favorece a análise da interação e relação falante/ouvinte ou escritor/leitor.

Isso não significa dizer, por exemplo, que a avaliação não possa embasar a análise da interação entre interlocutores já que o entendimento da atitude do autor muito pode revelar sobre a relação e o papel projetado para sua audiência. Além disso, toda mensagem é dirigida a alguém e as escolhas lexicais que denotam atitude são elaboradas propositalmente de acordo com os objetivos que se deseja atingir na interação. Trata-se, então, de entender as noções de avaliação e negociação como aspectos interpessoais complementares tendo, cada um deles, contribuições específicas para a análise textual que muitas vezes se entrelaçam.

No domínio deste tema, deve-se destacar a mais recente proposta de Martin & White (2005), que estendem as noções desenvolvidas na LSF, e apontam três sistemas no nível semântico-discursivo com função de articular conjuntamente significados interpessoais. São eles: Avaliatividade (do original *appraisal*), Negociação (*negotiation*) e Envolvimento (*involvement*). A Avaliatividade é o principal dos sistemas e, por ser um dos aparatos teóricos norteadores desta pesquisa, será discutido em detalhes na seção 3.6. A negociação relaciona-se aos aspectos interativos do discurso, especialmente na função e estrutura da troca, enquanto que o envolvimento foca em recursos para negociar relações interpessoais, sobretudo a solidariedade (Martin & White, 2005).

Por estarem em um nível extra linguístico da semântica do discurso, os sistemas descritos por Martin & White (2005) referem-se a um potencial linguístico disponível para que falantes/escritores selecionem opções e confiram significados interpessoais aos conteúdos que expressam. A partir desses sistemas, emergem recursos específicos, no nível léxico-gramatical, para que essas noções sejam instanciadas nos textos.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1112749/CA

3.6.
Sistema de Avaliatividade

Nas mais diversas situações comunicativas do cotidiano, falantes/escritores interagem por meio de textos e demonstram para os interlocutores como se posicionam em relação aos conteúdos ali tratados. A fim de construir essa atitude sobre o que expressam, locutores emitem Avaliações sobre pessoas, objetos, processos e entidades, situando seus textos em termos interpessoais e convidando seus interlocutores a assumirem um papel determinado nas interações.

Para tanto, a língua oferece uma gama de recursos avaliativos que vêm sendo estudados desde a década de 1990 por um grupo de pesquisadores orientados pelo professor James Martin do departamento de linguística da Universidade de Sidney. As pesquisas deram origem à organização do Sistema de Avaliatividade, que sistematiza as escolhas e descreve esse potencial de significados linguísticos. Utiliza-se, nesta pesquisa, a terminologia proposta por Vian Jr. (2009) que prevê o uso da palavra sistema como forma de designar "um conjunto, um sistema de opções em nível semântico-discursivo à disposição dos usuários que, no nível lexicogramatical, será instanciado em um texto pelos mecanismos linguísticos de avaliação dos quais a língua dispõe." (Vian Jr., 2009, p. 107). Sendo assim, o termo Avaliatividade refere-se ao potencial disponível na língua para que sejam veiculados significados avaliativos, enquanto que a Avaliação (apenas nesta pesquisa com inicial maiúscula, cf. p. 18) é a instanciação das opções do sistema.

Considerado como uma extensão da Metafunção Interpessoal da LSF, o Sistema de Avaliatividade, então, estuda a atitude dos falantes/escritores frente aos fenômenos do mundo, tendo como foco a maneira como expressam, negociam e naturalizam posicionamentos ideológicos (White, 2001). Assim como a Avaliatividade, complementada pela Negociação e pelo Envolvimento, constrói significados interpessoais, os sistemas da ideação e conjunção veiculam significados ideacionais enquanto que a identificação e periodicidade transmitem significados textuais[16]. Todos esses sistemas são separados para efeitos de organização e análise, mas ocorrem simultaneamente no discurso assim como

[16] Para mais detalhes acerca dos outros sistemas, confira Martin & Rose (2003).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1112749/CA

acontece com as Metafunções da linguagem, o que corrobora o caráter metafuncional da linguagem que fundamenta a LSF (Vian Jr., 2009).

Abordagens funcionais e semióticas como a LSF possuem em seu escopo a preocupação com o discurso, a retórica e o efeito comunicativo. Dessa forma, o Sistema de Avaliatividade se encaixa nesse tipo de perspectiva na medida em que se interessa pela construção de identidade autoral dos textos, pelo posicionamento do autor diante de um assunto e da audiência, pelo nível de alinhamento de um texto com seus potenciais leitores/ ouvintes e pela forma como um autor convida seu interlocutor a se posicionar (Martin & White, 2005).

A esse respeito, Martin (2001) destaca a importância de que sejam elaborados sistemas lexicalmente orientados que operem paralelamente aos modelos de base gramatical propostos pela LSF para análise das trocas realizadas entre participantes das interações. As palavras de Bakhtin (1988a, p. 95 *apud* Kramer, 1994, p. 72) podem reafirmar esta necessidade:

> (...) não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc... A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial.

Sendo assim, o Sistema de Avaliatividade organiza as possibilidades avaliativas da língua utilizadas para negociar emoções, julgamentos e valores juntamente com recursos para amplificar e se engajar com tais avaliações (Martin, 2001). Os estudos em Avaliatividade exploram também como os recursos avaliativos são cuidadosamente arranjados considerando a sempre presente possibilidade de desafios ou contradições oferecidos por aqueles que têm visões diferentes (Martin, 2001). Nesse sentido, as Avaliações em textos tendem a desencadear o alinhamento com os que compartilham das mesmas posições e o distanciamento daqueles que possuem visões contrárias (White, 2001).

O sistema organizado por Martin se divide em três subsistemas ou domínios semânticos que representam os tipos de significados utilizados pelos usuários para colocarem-se em relação ao mundo. São eles: Atitude, Engajamento e Gradação. Atitude refere-se aos significados utilizados pelos falantes para expressar emoções, julgar comportamentos e avaliar objetos e fenômenos. Este sistema divide-se em três outros níveis a serem detalhados adiante. Engajamento

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1112749/CA

relaciona-se com o potencial retórico de textos, isto é, recursos empregados para expressar, negociar e naturalizar posicionamentos subjetivos e ideológicos. Gradação são os recursos através dos quais os falantes/escritores podem graduar o impacto, força ou volume de seus enunciados (White, 2001).

Na presente pesquisa, apenas o sistema de Atitude será considerado para fins de análise, uma vez que ele satisfaz os objetivos do estudo de investigar o posicionamento dos professores participantes com relação à avaliação educacional e aos temas a ela relacionados. Passo, portanto, ao detalhamento do domínio da Atitude do Sistema de Avaliatividade.

O sistema denominado Atitude divide-se em três outros subtipos: Afeto, Julgamento e Apreciação que determinam atitudes emocionais, éticas e estéticas respectivamente (White, 2001). De acordo com White (2001), todas as três variáveis possuem a características de: 1) veicular status positivos ou negativos; 2) fazerem-se presentes nos enunciados de forma implícita ou explícita e 3) indicar posições atitudinais que podem ser transmitidas através de palavras individuais, frases ou interação de múltiplos elementos dos enunciados.

Afeto está relacionado a reações e inclinações emocionais e é tipicamente realizado por meio de Processos Mentais (*Eu amo chocolate*), advérbios (*Eu falei alegremente*) Atributos relacionais de afeto (*Estou triste*) ou nominalizações (*O medo tomou conta de todos*). O Afeto é o recurso por meio do qual o falante/escritor pode demonstrar como certo fenômeno o afetou emocionalmente. Além disso, ao avaliar um fenômeno em termos afetivos, o falante/escritor convida seu ouvinte/leitor a compartilhar consigo os mesmo sentimentos. Essa estratégia pode surtir o efeito esperado e criar uma atmosfera de solidariedade entre os participantes ou pode ser rejeitada pelo ouvinte/leitor e as chances de acordo ideológico entre as partes reduzidas. Sendo assim, podemos afirmar que um falante/escritor estabelece uma postura diante de uma realidade através dos valores afetivos que ele seleciona para representá-la no intuito de convidar seu ouvinte/leitor a legitimar suas posições ideológicas (White, 2001).

A categoria do Afeto pode ser classificada ainda em autoral e não autoral. Como os próprios termos já sugerem, no caso de Afeto autoral, o autor é a própria fonte de emoção pela qual a Avaliação é transmitida e, portanto, assume responsabilidade sobre ela. No caso do Afeto não autoral, não temos as emoções do autor diretamente descritas e sim as de outras pessoas ou grupos, de maneira

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1112749/CA

que o avaliador indicado atua como um substituto ou representante do autor, possivelmente respaldando visões de mundo que este último deseja construir. Os exemplos abaixo foram retirados dos dados gerados no grupo focal desta pesquisa e ilustram os dois casos de Afeto supracitados. Identifico a fonte à qual a emoção é atribuída com a marcação em negrito e o Afeto com a marcação em itálico.

Eu *me sinto desmotivada.*

Alguns ainda *têm medo* mesmo (...) **os** que *têm medo* é porque *valorizam* o estudo.

Como se pode notar, o primeiro exemplo configura-se em um Afeto do tipo autoral, onde o falante é responsável pelo desencadeamento da emoção descrita. Já no segundo exemplo, temos um caso de Afeto não autoral, já que são relatadas emoções de terceiros. Essa distinção é relevante na medida em que sua análise pode caracterizar a tentativa do autor em provocar no interlocutor uma (des) aprovação ou (dis) concordância de uma determinada visão de mundo que pode ser associada a si mesmo ou a outrem.

Julgamento é o sistema utilizado para avaliar o comportamento humano com base em uma série de normas institucionalizadas. Uma vez que o código de conduta esperado dos indivíduos varia de acordo com a cultura, podemos concluir que o Julgamento e suas subcategorizações não se aplicarão da mesma forma em todos os tipos de análise. No entanto, Martin & White (2005) sugeriram uma divisão do Julgamento em dois grupos, a saber: sanção social e estima social.

O Julgamento do tipo sanção social tem implicações legais ou morais, onde comportamentos são alvos de elogios ou condenação. Nesse caso, temos a avaliação de que regras de comportamento já codificadas na cultura foram mantidas ou violadas em termos de sua veracidade (o quão honesta uma pessoa é) ou propriedade (o quão ética uma pessoa é) (Martin& White, 2005).

Em se tratando do Julgamento no formato de estima social, pode afirmar que não existem implicações legais ou morais em jogo, já que se trata de julgamentos através dos quais os indivíduos serão alvos de admiração ou crítica dentro de sua comunidade. Esse tipo de Julgamento pode ser considerado em função dos aspectos de normalidade (o quão inusitada uma pessoa é), capacidade

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1112749/CA

(o quão capaz alguém é) e tenacidade (o quão seguro alguém é) (Martin& White, 2005).

A categoria do Julgamento possui uma especificidade relacionada à forma como está presente nos textos, se explicitamente ou implicitamente. De acordo com White (2001), os valores de Julgamento podem ser veiculados por meio de um item lexical que carregue tal significado ou por meio de descrições aparentemente factuais, mas que tem o potencial de despertar na audiência atitudes julgadoras. No segundo caso, essa resposta por parte do interlocutor dependerá dos valores ideológicos, sociais e culturais que ele compartilha com falante/escritor a ponto de assimilar e legitimar aquele Julgamento.

Apreciação refere-se à forma como os indivíduos avaliam, sobretudo, processos, objetos e fenômenos naturais. De acordo com White (2001), pessoas também podem ser "apreciadas" desde que a Avaliação em questão não foque diretamente no fato de seu comportamento ser correto ou incorreto (caso em que estaríamos lidando com um Julgamento). O sistema é organizado em torno de três variáveis básicas: reação, composição e valor a serem detalhadas a seguir.

A reação diz respeito à forma como um texto ou objeto atinge a audiência emocionalmente, seja através do impacto causado (Isto me tocou?) ou de sua qualidade (Eu gostei disso?). A composição refere-se à Avaliação de um produto ou processo de acordo com a sua proporcionalidade ou equilíbrio (Isto estava coeso?) ou detalhe ou complexidade (Isto foi difícil de acompanhar?). Já o valor relaciona-se com a importância social que atribuímos aos processos ou produtos (Isto valeu a pena?). Seguem, na figura abaixo, exemplos extraídos dos dados desta pesquisa onde cada um dos tipos de Apreciação é ilustrado especialmente nos itens sublinhados.

Reação	impacto	Vejo alunos fazendo desenhos <u>maravilhosos</u>.
	qualidade	Fulano é um <u>excelente</u> professor.
Composição	equilíbrio	Pelo menos ajuda a organizar um pouco a escola que é uma <u>zona</u>.
	complexidade	Isso é um ponto <u>polêmico</u>.
Valor		Não é <u>funcional</u>.

Figura 3.10: tipos de Apreciação com exemplos

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1112749/CA

Como forma de organizar o enquadramento do Sistema de Avaliatividade na LSF, a figura a seguir mostra a articulação dessas perspectivas em sistemas e subsistemas. Conforme utilizado nos sistemas em LSF, as chaves indicam a possibilidade de dois recursos acontecerem simultaneamente, o colchete aponta as possíveis subdivisões, enquanto que as setas designam a ideia de realização.

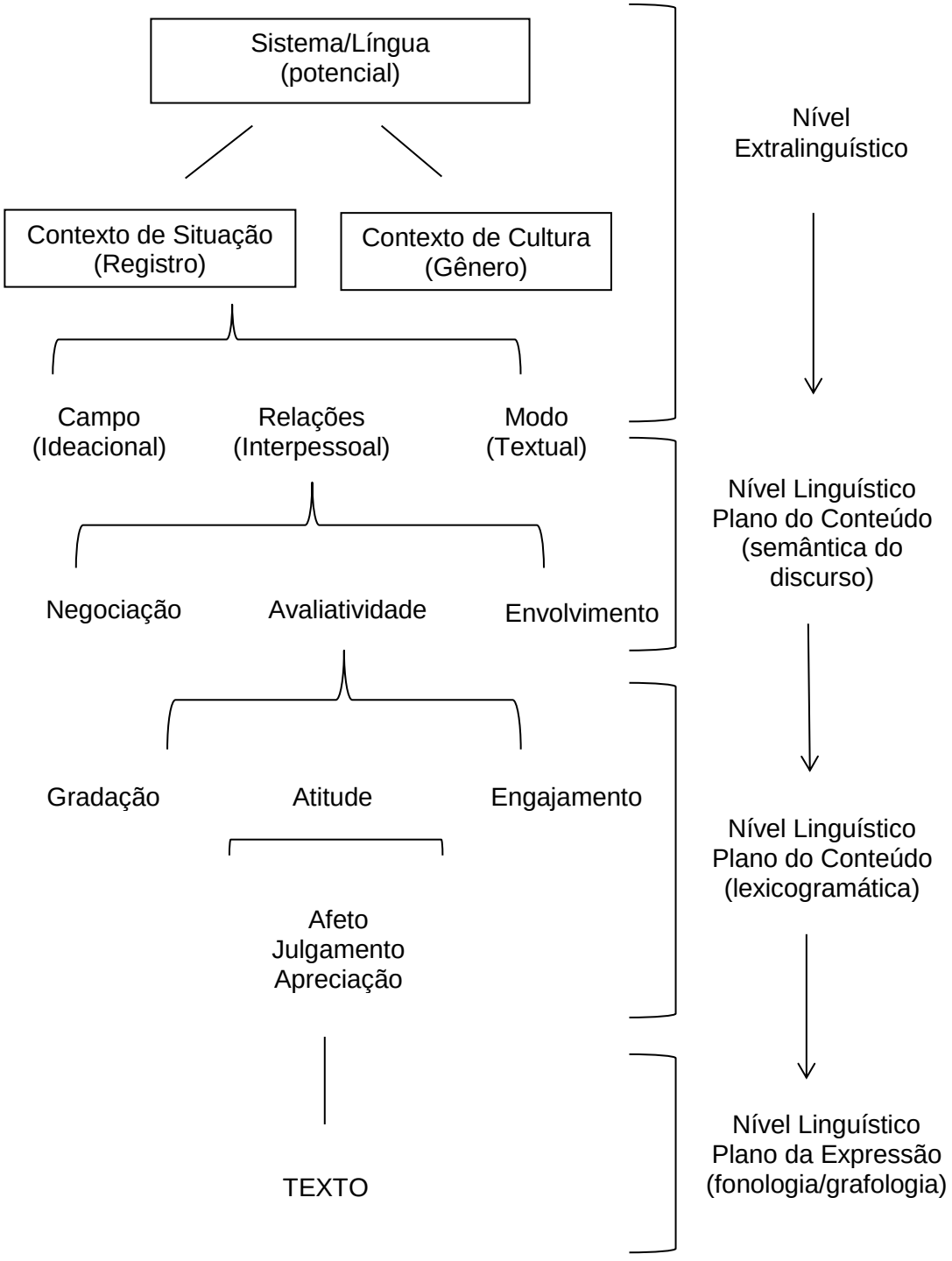

Figura 3.11: LSF e Sistema de Avaliatividade

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1112749/CA

Cumpre ressaltar que o sistema Atitude dentro do Sistema de Avaliatividade é apropriado para o desenvolvimento deste trabalho na medida em que engloba as categorias de análise Afeto, Julgamento e Apreciação, condizentes com os objetivos do estudo. Sendo assim, com base nesses subsistemas pretendo analisar momentos em que se possam verificar as avaliações e posicionamentos dos professores da educação básica participante desta pesquisa sobre a avaliação educacional e temas afins.

3.7. Uma palavra final

A visão de linguagem que norteia a LSF é adequada para o tipo de estudo realizado na medida em que leva em consideração a língua em uso e que não pode ser entendida separadamente dos fatores sociais, interacionais e contextuais. A orientação sistêmico-funcional lida também com a noção de escolha em um sistema que é potencialmente gerador de sentidos. Conforme inscrito na epígrafe deste capítulo, cada uma das escolhas nesse sistema desencadeia uma série de novas proposições que vão construir significados específicos. A análise a ser empreendida busca identificar esses significados em forma de posicionamentos e avaliações presentes no discurso de professores, já que este é prática social, é "uma forma de ação no mundo" (Moita Lopes, 2002, p. 21) por intermédio da qual as pessoas se constroem e constroem os outros. Esse processo será feito tomando o texto em interface com o sistema como base de análise.

Já tendo estabelecido, ao longo deste capítulo, a relevância da utilização de texto e sistema conjuntamente para análise do discurso, é importante frisar que esse procedimento impulsiona a compreensão dos sentidos construídos pelos participantes. As análises linguísticas viabilizadas pela LSF oferecem um panorama de como o aspecto semântico dos textos está associado à sua estrutura, proporcionando, assim, materiais de referência a respeito do binômio função-forma. A partir da análise gramatical, podemos tecer comentários sobre quais visões de mundo circulam no discurso desses professores e como eles se posicionam diante dessas visões.

A apropriação dos princípios da LSF para esta pesquisa está, portanto, harmonizada com a já apresentada vertente atual da LA (cf. capítulo 2), no que

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1112749/CA

tange à sua proposta de entendimentos dos fenômenos de maneira interdisciplinar e contextualizada. De acordo com Vian Jr. (2013, p. 125), o diálogo entre LSF e LA viabiliza "a adoção de posicionamentos mais realistas para as pesquisas em linguagem". Tal apontamento está apoiado no fato de a LSF oferecer uma abordagem de linguagem cujas noções e categorias permitem a observação, tanto no nível léxico-gramatical quanto no semântico-discursivo, da estrutura textual em função de seus contextos (Vian Jr., 2013) fornecendo pistas para o entendimento das práticas sociais nas quais os falantes/escritores se engajam.

Além de a LSF ser uma das ramificações disciplinares desta pesquisa, ela própria invoca associações com outros campos do saber, uma vez que atenta para questões relacionadas aos contextos de cultura e de situação, sobrepujando-se ao enquadre linguístico e direcionando-se para variados aspectos dos fenômenos sob investigação (Vian Jr, 2013). Sendo assim, nesta pesquisa, lançarei mão de conhecimentos advindos da área de educação, a fim de, em concordância com o proposto por Fabrício (2006, p. 59), "inserir o objeto de estudo em amplo campo de problematizações, contextualizando-o local e globalmente no momento contemporâneo".

Analisando o discurso de professores sobre a questão da avaliação com base em tais conhecimentos, na LSF e no Sistema de Avaliatividade, acredito ser possível compreender como a experiência da avaliação é construída linguisticamente pelas pessoas que estão constantemente envolvidas nesse processo de diferentes maneiras. Os entendimentos gerados a partir da análise poderão servir de ponto de partida para que comecemos a pensar sobre a forma como os diversos tipos de avaliação educacional têm sido realizados e percebidos por um grupo de professores de diferentes áreas e, consequentemente, refletir sobre o que se espera desse tipo de ação e suas relações com o andamento da educação no Brasil.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1112749/CA